

ATA da 225 sessão do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Pernambuco, realizada no dia sete do mês de agosto do ano de 1953.

Aos sete dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e cinquenta e três, em a sala de reuniões desta seção da Ordem dos Advogados do Brasil, nesta cidade do Recife, pelas dezessis horas, teve lugar mais uma sessão ordinária do Conselho da mesma Ordem, com a presença dos seguintes Conselheiros: José Cavalcanti Neves, José Benício Acioli, Antônio Brito Vieira de Melo, Fernando Mendonça, Carlos Martins Moreira, Adalberto Tabosa de Almeida, João Silveiro Pinheiro, Pedro Crine, Eduardo Collier, Luiz de Franca José Bezerra, Severino Jordão Emerenciano, Augusto de Souza Duque, Adauto José de Melo e Delágio Silveira. Aberta a sessão pelo senhor Presidente, José Cavalcanti Neves e ocupando as primeiras e segundas secretarias os Conselheiros Severino Jordão Emerenciano e Delágio Silveira, lidas duas atas, a da sessão ordinária de três do mês de julho e a da sessão extraordinária de vinte e sete (27) do mesmo mês, do ano em curso, sendo ambas aprovadas sem restrições. Os Conselheiros Adalberto Tabosa de Almeida, Luiz de Franca José Bezerra e João Silveiro Pinheiro, justificaram as suas faltas, o primeiro às sessões de três e vinte e sete de julho e os dois últimos a de vinte e sete de julho. Do expediente contou: ofício do Secretário Geral do I Congresso Brasileiro de Medicina Legal e Liximologia formulando um convite ao senhor Presidente, a fim de participar do mesmo Congresso. O Conselho mandou divulgar o ofício pela imprensa, para conhecimento do Témário

do Congresso, pelos interessados. O Juiz de Direito da Comarca dos Palmareis comunicando que, na forma da solicitação da Comissão, proibira o Advogado Natanael Babos e Medrado de advogar naquela Comarca. Foi mandado juntar ao processo de inscrição ora apresentado. Ofício de João Batista Cavalcanti comunicando haver tomado posse do cargo de Juiz de Direito de Leopoldina no estado de Sergipe. Foi mandado juntar ao processo de inscrição. Ofício do bacharel Antonio Alves Limentel, presidente da Comissão de Assistência Judiciária, referente a aumento de vencimentos do pessoal ali lotado. Foi solicitada parecer da Desembargaria. Carta do bacharel Luiz Luano Maranhão Filho, preso recolhido à casa de Detenção do Recife, acusado de atividades subversivas, relatando as atrocidades do que foi vítima na base aérea de Natal e pedindo a intervenção da Comissão, dada a sua qualidade de advogado inscrito na seccão de Natal. O senhor Presidente informou ter visitado o signatário e ter obtido da seccão de Natal informações de que o mesmo fazia curso provisoriamente naquela seccão, mas tendo transformado a inscrição em definitiva, no prazo da Lei 690, de 30 de abril de 1949, o que implica em cassação automática da mesma inscrição. Assim, opinava pelo não conhecimento do pedido, por não ser o signatário advogado inscrito. O Conselho aprovou sem discussão o parecer. Parecer da Comissão designada para apreciar uma sugestão do Conselheiro Barreto Campos, no sentido de o Conselho promover um movimento junto aos demais Conselhos, inclusive o Federal, no sentido de que o preparo dos recursos onudas dos

Estados, junto ao Supremo Tribunal Federal e Tribunal Federal de Recursos possa ser feito perante os Tribunais dos Estados e Juízos singulares. A apreciação do parecer foi adiada em face de não estar presente o autor da indicação. Ofício da Comissão de Assistência Judiciária, referente ao serviço de assistência e sugerindo soluções. A matéria foi muito debatida, particularmente pelos conselheiros José Cavalcanti Neves, Adalberto Tabosa de Almeida, Luiz de França, José Bezerra, Eduardo Polier, Augusto Dugue, Fernando Mendonça e Plágio Silveira, sendo afinal, após a apresentação de várias sugestões, adiada para ser apreciada em sessão extraordinária a ser convocada.

Demonstração do movimento financeiro do período entre 1º de abril e 31 de julho do ano em curso, apresentada pelo tesoureiro Augusto Dugue e pela qual se verificou um superavit de vinte e oito mil quatrocentos e trinta e um cruzeiros e sessenta centavos (28.431,60), sobre o mesmo período, no exercício anterior. Na ordem do Dia o Conselho apreciou, inicialmente, uma consulta do Tribunal de Justiça, quanto ao provisoramento do bacharel Carlos Rios, deliberando nada haver a opor, por enquanto. Em seguida foram aprovadas as inscrições, no quadro de advogados, em caráter provisório de Efem Tório de Lequeira, com impedimento em relação à Fazenda Estadual e, em caráter definitivo, por transferência, a Francisco Evandro de Paula Quapre, com impedimento contra a Fazenda Pública em geral, por exercer o cargo de Promotor Público. No quadro de salicidadores foram aprovadas as seguintes inscrições:



sem impedimentos de Juntas Benedito Oliveira, Thomas Pereira da Silva, Gláudio Alcantara Pedrosa e Louis Vanderlei Alves; com impedimento em relação a Fazenda Federal de Carlos Ribeiro Roma e com impedimento quanto à Fazenda Estadual de João Amador Fernandes. O conselho deliberou ainda deferir o pedido de cancelamento de inscrição feito pelo advogado José Barbosa da Cunha e examinou a solução dada à consulta do advogado Elias Medeiros Martins, sobre se o conetor de navios está impedido ou proibido de advogar. Ficou deliberado que o conetor de navios está proibido de advogar, até mesmo em causa própria, face a proibição expressa da lei reguladora do exercício da profissão. Foi, ainda, adida a apreciação do parecer da Comissão designada para apreciar a situação dos advogados que atuam nas Juntas de Conciliação e Julgamento. Em seguida, e ocupando a presidência o conselheiro Carlos Martins Moreira foi lida a seguinte mocção, subscrita por todos os conselheiros presentes: "Há poucos dias o sr. Governador do Estado concedeu aposentadoria, por 35 anos de bons serviços prestados, ao Desembargador Meurer Filho. Trata-se de um dos mais ilustres membros da nossa corte de justiça e que exerce, também, o cargo de Intendente Federal no Estado. Homem simples, pautou sempre as suas atividades, onde quer que estivesse, dentro de uma rara firmeza de caráter e de um respeito escrupuloso às prerrogativas individuais. A nós, advogados, que sempre recebemos do Desembargador Meurer Filho as mais inequívocas provas de apreço, é muito grato fazer esse registro quando ele, de cabeça erguida e de consciência tranquila, se recolhe, merecidamente, à vida privada. Assim pro-

pontos: a) que seja lavrado na ata desta sessão um voto de congratulações do Conselho da Ordem ao eminente desembargador ora apresentado; b) que se dê o alhecimento, por ofício, ao homenageado, do voto de congratulações ora proposto; c) que se faça publicar esta proposta, na imprensa da Recife. Deliberação do Conselho, após a aprovação unânime da proposta que o ofício de comunicação fosse entregue ao homenageado no dia do seu aniversário natalício, isto é, a 17 de setembro próximo, por uma comissão composta pelos conselheiros Carlos Martins Moreira, Alberto Tabosa de Almeida, Alberto José de Melo, Pedro Lima e Fernando Mendonça. Resumindo a presidência o Conselheiro José Cavalcanti Neves agradeceu a homenagem prestada ao desembargador Neves Filho, afirmando que nenhuma outra manifestação seria mais expressiva porquanto é pelos advogados que os prizes são definitivamente julgados. Em seguida foi encerrada a sessão. Do que, para constar, eu, Belágio Silveira, segundo secretário, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelo senhor Presidente. Aprovada s/ retificações. Belágio Silveira
Jri Cavalcanti Neves